

JUCESP PROTOCOLO
636387/04-5**COLEGIADA****INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA
DE****DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, NOMINATIVAS
ESCRITURAIS, EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA,
DA COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**

Pelo presente instrumento particular, como emissora, (a) COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ, sociedade por ações com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, Rodovia Campinas Mogi-Mirim, Km 2,5 Campinas – SP, inscrita no CNPJ/MF n.º 33.050.196/0001-88, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora") e, como Agente Fiduciário da presente emissão e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das debêntures da 2ª emissão pública de debêntures da Emissora ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista"), (b) Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, com sede na Avenida das Américas, n.º 3.333 – Grupo 307, Rio de Janeiro – RJ, inscrita no CNPJ/MF n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário"):

firmam o presente "Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Nominativas Escriturais, em Duas Séries da Companhia Paulista de Força e Luz" (respectivamente, "Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debêntures"), contendo as seguintes cláusulas e condições.

Cláusula Primeira – DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização da Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 26 de maio de 2004 ("RCA de 26 de maio") e da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 23 de julho de 2004 ("RCA de 23 de julho e, em conjunto com a RCA de 26 de maio, as "RCAs").

Cláusula Segunda – DOS REQUISITOS

A emissão das Debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

JUCESP
29 07 04

2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

2.1.1. A Emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários (a “CVM”), na forma da Lei n.º 6.385, de 07 de dezembro de 1976, Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, alterada pelas Leis nºs 9.457 de 5 de maio de 1997 e 10.303 de 31 de outubro de 2001 (a “Lei das Sociedades por Ações”), bem como das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação da Ata da RCA

2.2.1. A ata da RCA de 26 de maio foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP (a “JUCESP”) em 25 de junho de 2004, e publicada nos jornais (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo, (ii) Correio Popular de Campinas e (iii) Valor Econômico em 1º de julho de 2004.

2.2.2. A ata da RCA de 23 de julho será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, e será publicada nos jornais (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo, (ii) Correio Popular de Campinas e (iii) Valor Econômico.

2.3. Registro da Escritura de Emissão

A Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados na JUCESP, de acordo com o artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento

A Emissão das Debêntures será registrada na Associação Nacional dos Bancos de Investimento (a “ANBID”), no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de concessão do registro da Emissão pela CVM, em atendimento ao Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Valores Mobiliários.

2.5. Registro para Colocação e Negociação





As Debêntures serão registradas (i) para colocação no mercado primário, no Sistema de Distribuição de Títulos (“SDT”), administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Financeiro (“ANDIMA”), e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação (“CETIP”); e (ii) para negociação no mercado secundário, no Sistema Nacional de Debêntures (“SND”), administrado pela ANDIMA, e operacionalizado pela CETIP e/ou no Sistema de Negociação BOVESPA FIX (“BOVESPA FIX”), administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA (“BOVESPA”), sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC (“CBLC”).

Cláusula Terceira – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Séries

3.1.1. A Emissão será realizada em duas séries, sendo que (i) a 1ª série será composta por 11.968 (onze mil, novecentos e sessenta e oito) debêntures, totalizando, na Data de Emissão (conforme abaixo definida), o valor de R\$ 119.680.000,00 (cento e dezenove milhões, seiscentos e oitenta mil reais) e (ii) a 2ª série será composta por 13.032 (treze mil e trinta e duas) debêntures, totalizando, na Data de Emissão, o valor de R\$ 130.320.000,00 (cento e trinta milhões, trezentos e vinte mil reais), conforme estabelecido no procedimento de *bookbuilding*, conduzido para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros (“Procedimento de *Bookbuilding*”).

3.1.3. Ao final do Procedimento de *Bookbuilding*, a RCA de 23 de julho ratificou a remuneração e o número das Debêntures alocadas a cada uma das séries da Emissão.

3.2. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão será de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão (definição abaixo) (“Valor Total da Emissão”).

3.3. Quantidade de Debêntures

3.3.1. Serão emitidas 25.000 (vinte e cinco mil) Debêntures.

3.4. Destinação de Recursos



Os recursos obtidos por meio da Emissão serão utilizados da seguinte forma:

- (i) o valor de aproximadamente R\$ 190.000.000,00 (cento e noventa milhões de reais) serão utilizados para alongar parte da dívida da Emissora de curto prazo, incluindo os *Floating Rate Notes* de emissão da Emissora, e dívidas junto a instituições financeiras, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Fundação CESP e ELETROBRÁS dentre outros, com vencimento no exercício de 2004; e
- (ii) o valor de aproximadamente R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões) serão utilizados para financiar parte dos investimentos da Emissora na concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica previstos para os exercícios de 2004.

3.5. Limite da Emissão

A Emissão observa o limite estabelecido no *caput* do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, na medida em que o saldo devedor relativo às debêntures da 1ª emissão de debêntures da Emissora que ainda se encontram em circulação, incluindo o Valor Total da Emissão, totalizava em 31 de março de 2004 o valor de R\$ 1.323.674.595,27 (um bilhão, trezentos e vinte e três milhões, seiscentos e setenta e quatro mil, quinhentos e noventa e cinco reais, vinte e sete centavos), não ultrapassando, assim, o valor do capital social da Emissora que, na mesma data, totalizava R\$ 3.044.835.193,02 (três bilhões, quarenta e quatro milhões, oitocentos e trinta e cinco mil, cento e noventa e três reais e dois centavos), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Emissão de Debêntures	Valor (em R\$)
1ª Emissão	1.073.674.595,27
2ª Emissão	250.000.000,00
Total	1.323.674.595,27

3.6. Número da Emissão

Esta Escritura de Emissão representa a segunda emissão pública de debêntures da Emissora.

3.7. Banco Mandatário e Instituição Depositária

JUL 2004

O banco mandatário e instituição depositária da presente Emissão será o Banco Bradesco S.A. ("Banco Mandatário").

JUL 2004

Cláusula Quarta – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Colocação e Plano de Distribuição

4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para colocação por meio do sistema do SDT – Sistema de Distribuição de Títulos (o "SDT"), mediante observância do Plano de Distribuição (conforme abaixo definido) descrito no item 4.1.2. abaixo.

4.1.2. As Debêntures serão colocadas junto ao público de acordo com o seguinte plano de distribuição ("Plano de Distribuição"): A distribuição pública das Debêntures será feita em até 2 (dois) dias contados da data de publicação do Anúncio de Início (definição abaixo), não existindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, privilegiando, independentemente de ordem cronológica, as propostas que apresentarem menores taxas de remuneração, havendo ainda a busca pela maior pulverização das Debêntures para que haja maior liquidez no mercado secundário.

4.1.3. A colocação pública das Debêntures somente terá início (i) após a concessão do registro da Emissão pela CVM, (ii) mediante publicação do anúncio de início de distribuição pública das Debêntures ("Anúncio de Início") e (iii) mediante a disponibilização do prospecto definitivo da distribuição pública das Debêntures, na sede e na página da rede mundial de computadores (a) da Emissora; (b) do BB Banco de Investimento S.A., do Banco Itaú BBA S.A. e do Banco Votorantim S.A., (c) da CVM, para consulta e reprodução apenas; (d) da BOVESPA e do CETIP.

4.2. Data de Emissão das Debêntures

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1º de julho de 2004 (a "Data de Emissão").

4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures



2009

O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será, de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) (o “Valor Nominal Unitário”).

2009

4.4. Forma e Conversibilidade

4.4.1. As Debêntures serão da forma nominativa, escritural, sem a emissão de cautela e não serão conversíveis em ações da Emissora.

4.4.2. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela instituição depositária das Debêntures. Adicionalmente, será expedido pelo SND o “Relatório de Posição de Ativos” acompanhado de extrato em nome do titular da Debênture, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia desses títulos quando depositados no SND. Para as Debêntures depositadas na CBLC, será emitido, pela mesma, extrato de custódia em nome do titular da Debênture.

4.5. Espécie

4.5.1. As Debêntures serão da espécie quirografária.

4.6. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

4.6.1. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração (conforme definida abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização.

4.6.2. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição.

4.7. Prazo de Vencimento

As Debêntures terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de julho de 2009 (“Data de Vencimento”).

4.8. Amortização



10000

10000

Não haverá amortização do Valor Nominal Unitário, o qual será pago integralmente na Data de Vencimento.

4.9. Remuneração

4.9.1. *Remuneração das Debêntures da 1ª Série.* Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª série ("Debêntures da 1ª Série") incidirão juros remuneratórios equivalentes a 109% (cento e nove por cento) da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros denominada "Taxa DI over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI") ("Remuneração da 1ª Série"). A Remuneração da 1ª Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário desde a Data de Emissão ou a data de vencimento do último Período de Capitalização (conforme definido abaixo), conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento.

4.9.1.1. A Remuneração da 1ª Série foi definida no Procedimento de *Bookbuilding*.

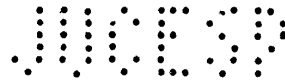
4.9.1.2. *Fórmula de Cálculo da Remuneração da 1ª Série.* A Remuneração da 1ª Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = \lceil VNe \times (FatorDI - 1) \rceil$$

onde:

J = valor da Remuneração da 1ª Série a ser pago nas Datas de Pagamento de Juros, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;





VNe = Valor Nominal Unitário da Debênture da 1ª Série no início de cada Período de Capitalização, informado e calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento; e

Fator DI = produtório das taxas DI com uso do Fator Multiplicador, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[1 + \left(TDI_k \times \frac{FM}{100} \right) \right]$$

onde:

n_{DI} = número total de taxas DI, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1, \text{ onde: } k = 1, 2, \dots, n$$

DI_k = Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

dk = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da taxa DI, sendo " dk " um número inteiro;

FM = Fator Multiplicador, ou seja, percentual da Taxa DI, conforme definido em Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos da Cláusula 4.9.1.1 acima, informado com 2 (duas) casas decimais;

JUL 2014

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

29 07 04

Período de Capitalização. O período de capitalização da remuneração ("Período de Capitalização") é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, e termina na primeira data de pagamento de Remuneração da 1ª Série, exclusive, e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia em uma data de pagamento de Remuneração da 1ª Série, inclusive, e termina na data de pagamento de Remuneração da 1ª Série subsequente, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.9.1.3. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração da Remuneração da 1ª Série, será aplicada a última Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos titulares das Debêntures da 1ª Série, quando da divulgação da Taxa DI aplicável.

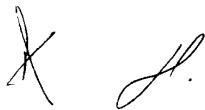
4.9.1.4. Na ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis, de extinção da Taxa DI, ou de impossibilidade de aplicação por imposição legal ou determinação judicial, será aplicada automaticamente no lugar da Taxa DI a taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("Taxa Selic").

4.9.1.5. Na impossibilidade de aplicação da Taxa Selic, será convocada pelo Agente Fiduciário Assembléia Geral dos Debenturistas, nos termos da Cláusula Sétima abaixo, a ser realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da data do evento que der causa à convocação da referida Assembléia Geral de Debenturistas, para deliberar, de comum acordo com a Emissora, a nova taxa de juros referencial da Remuneração da 1ª Série, devendo as Debêntures da 1ª Série ser remuneradas nos mesmos níveis anteriores. Caso não haja acordo sobre a nova taxa de juros referencial da Remuneração da 1ª Série entre a Emissora e Debenturistas da 1ª série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da 1ª Série em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias



contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida: (i) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da 1ª Série em circulação, pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da 1ª Série devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração da 1ª Série, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da data de encerramento da Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere este item. Até o momento da definição do novo parâmetro ou da data de resgate, conforme o caso, fica desde já acordado que será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa Selic conhecida, no momento imediatamente anterior à data do evento que der causa à convocação da Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere esta cláusula, calculada *pro rata temporis* por dias úteis decorridos desde a data do evento até a data em que os debenturistas e a Emissora chegarem a um acordo quanto ao novo parâmetro, ou até a data de pagamento do valor de resgate, conforme o caso; ou (ii) a Emissora deverá adquirir a totalidade das Debêntures da 1ª Série em circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá o Prazo de Vencimento das Debêntures, devendo o resgate em cada data prevista no cronograma ser efetuado mediante sorteio coordenado pelo Agente Fiduciário, nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei n.º 6.404/76 e demais normas aplicáveis. Nesta alternativa, durante o prazo de aquisição das Debêntures da 1ª Série pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração da 1ª Série continuará sendo aquela estabelecida originalmente, observado que, até a aquisição integral das Debêntures da 1ª Série, será utilizada a taxa de remuneração definida pelos titulares das Debêntures da 1ª Série e apresentada à Emissora na referida Assembleia Geral de Debenturistas. Caso a respectiva taxa de remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. O resgate ao qual se refere este item não será acrescido de prêmio de qualquer natureza.

4.9.2. *Remuneração das Debêntures da 2ª Série.* As Debêntures da 2ª série farão jus à seguinte remuneração (“Remuneração da 2ª Série” e, em conjunto com a Remuneração da 1ª Série, a “Remuneração”):



11/01/2017

11/01/2017

4.9.2.1 *Atualização*. As Debêntures da 2ª Série terão o seu Valor Nominal Unitário atualizado a partir da Data de Emissão, pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGPM”). Essa atualização será calculada de forma *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis decorridos, segundo a seguinte fórmula (a “Atualização das Debêntures da 2ª Série”):

$$VNa = VNe \times C$$

onde:

VNa = Valor Nominal Unitário, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário da Debênture da 2ª Série no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

C = Fator acumulado das variações mensais de cada IGPM utilizado, a partir da Data de Emissão, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \left\{ \left[\frac{NI_1}{NI_0} \right]^{\frac{dup_1}{dut_1}} \times \left[\frac{NI_2}{NI_1} \right]^{\frac{dup_2}{dut_2}} \times \dots \times \left[\frac{NI_n}{NI_{n-1}} \right]^{\frac{dup_n}{dut_n}} \right\}$$

onde:

NI0 = valor do número-índice do IGPM do mês anterior ao mês de início de atualização;

NI1 = valor do número-índice do IGPM do mês de início de atualização;




11/05/2011 14:04

NI2 = valor do número-índice do IGPM do mês subsequente ao mês de início de atualização;

NI_n = valor do número-índice do IGPM do mês anterior ao mês de atualização utilizado até a data de aniversário da debênture. Após a data de aniversário, valor do número-índice do IGPM do mês de atualização.

Considera-se como mês de atualização o compreendido entre duas datas de aniversário consecutivas e data de aniversário como sendo o dia da data de vencimento da debênture ou o dia informado como referência para utilização do índice;

NI_{n-1} = valor do número-índice do IGPM do mês anterior ao mês “n”;

dup = número de dias úteis da última data-base, sendo esta a data de aniversário em cada mês, até a data de atualização, sendo "dup" um número inteiro;

dut = número de dias úteis contidos entre a última e a próxima data-base, sendo "dut" um número inteiro;

Caso no mês de atualização o número-índice do IGPM não esteja ainda disponível, será utilizada a última variação disponível do índice de preços em questão $\left(\frac{NI_{n-1}}{NI_{n-2}} \right)$

Considera-se data-base a data de aniversário em cada mês.

O número índice do IGPM deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

4.9.2.1.1. A aplicação do IGPM incidirá anualmente, ou no menor período permitido pela legislação em vigor, nesse caso, sem necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

4.9.2.1.2. Se, na Data de Pagamento de Juros referente à Remuneração da 2ª Série, não houver divulgação do IGPM, será aplicado o último número índice do IGPM divulgado, calculado *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, não sendo devidas quaisquer

X

CPFL
PAULISTA

compensações financeiras entre a Emissora e os detentores das Debêntures da 2ª Série quando da divulgação posterior do IGPM que seria aplicável.

4.9.2.1.3. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação do IGPM por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação do IGPM às Debêntures da 2ª Série, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento, realizar Assembléia Geral de Debenturistas (observado o disposto na Cláusula Sétima abaixo), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, do novo parâmetro da Remuneração da 2ª Série a ser proposto pela Emissora. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor da Atualização das Debêntures da 2ª Série o último IGPM divulgado oficialmente, acrescido da Remuneração da 2ª Série (conforme abaixo definido), até a data da deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas.

4.9.2.1.4. Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração da 2ª Série entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% do total das Debêntures da 2ª Série em circulação (ainda que em decorrência da falta de quorum para deliberar sobre a matéria), a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da 2ª Série em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração da 2ª Série devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento de Juros, conforme o caso, utilizando-se o último IGPM divulgado oficialmente. O resgate ao qual se refere este item não será acrescido de prêmio de qualquer natureza.

4.9.2.2. Remuneração da 2ª Série. Incidirão sobre o Valor Nominal Unitário acrescido da Atualização das Debêntures da 2ª Série taxa de juros de 9,8% (nove vírgula oito por cento) ao ano, apurado com base no Procedimento de *Bookbuilding*, calculados por dias úteis, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a partir da Data de Emissão (a “Remuneração da 2ª Série”). O cálculo da Remuneração da 2ª Série obedecerá à seguinte fórmula:



CPFL
PAULISTA

$$J = VNa \times \left\{ \left[\left(1 + \frac{\text{taxa}}{100} \right)^{\frac{n}{N}} \right]^{\frac{DP}{DT}} - 1 \right\}$$

onde:

- J** é o valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- VNa** é o Valor Nominal Unitário da Debênture nos termos do item 4.9.2.1 acima, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- taxa** é a taxa de juros fixa, expressa ao ano, definida no “caput” deste item 4.9.2.2, informada com 4 (quatro) casas decimais;
- N** é o número de 252 dias úteis ao ano;
- n** é o número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo “n” um número inteiro;
- DT** é o número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo “DT” um número inteiro; e
- DP** é o número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

O fator juros $\left\{ \left[\left(\frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{N}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$ deve ser calculado com 9 (nove) casas decimais, com

arredondamento.

4.9.3. Periodicidade de Pagamento . A Remuneração relativa à 1ª Série será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de janeiro de 2005 e o último, na Data de Vencimento (“Data de Pagamento de Juros da 1ª Série”). A Remuneração relativa à 2ª Série será paga anualmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de julho de 2005 e o último, na Data de Vencimento (“Data de Pagamento de Juros da 2ª”, e juntamente com a Data de Pagamento de Juros da 1ª Série, a “Data de Pagamento de Juros”). Farão jus à Remuneração, os titulares das Debêntures ao final do dia útil anterior à data de pagamento.



11/03/2017 14:00

4.9.3.1. A Atualização das Debêntures da 2ª Série será paga pela Emissora juntamente com o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, na respectiva Data de Vencimento.

4.10. Repactuação

As Debêntures não serão objeto de repactuação.

4.11. Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, *pro rata temporis*, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei nº 6.404/76. As Debêntures objeto desse procedimento poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou ser recolocadas no mercado.

4.12. Vencimento Antecipado

4.12.1. O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento de Juros até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência das seguintes hipóteses:

- a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora e/ou suas Controladas em valor superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), que não sejam sanados no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento, pela Emissora, de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
- b) pedido de concordata preventiva ou falência formulado pela Emissora e/ou por suas Controladas ;



11/05/2007 14:04:00
11/05/2007 14:04:00
11/05/2007 14:04:00
11/05/2007 14:04:00

- c) liquidação, dissolução, extinção ou decretação de falência da Emissora e/ou de suas Controladas;
- d) não pagamento, pela Emissora, das obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data de vencimento original;
- e) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, não sanada em 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento, pela Emissora, de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
- f) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, em montante igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), em razão de inadimplência contratual ou cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Emissora previstas na Escritura de Emissão;
- g) realização de qualquer pagamento de dividendos pela Emissora, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei n.º 6.404/76, ou de qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, caso esteja em mora relativamente ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão;
- h) perda ou cassação, por qualquer motivo, da concessão para exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica, de que a Emissora é titular nos termos do Contrato de Concessão de Distribuição n.º 014/1997, celebrado pela Emissora e pela União Federal em 20 de novembro de 1997; e
- i) não observância, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, dos seguintes índices e limites (os "Índices e Limites"):

(i) a relação entre EBITDA e Despesas Financeiras, maior ou igual a 1,5 vez até 2007 e, maior ou igual a 2,0 vezes a partir de 2008, inclusive; e



11/05/2016

(ii) em relação à Capitalização Total, o nível de Capital Próprio será de no mínimo 40%, enquanto o nível de Capital de Terceiros será de no máximo 60%.

Para fins deste item, entende-se por:

EBITDA, o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização;

Despesas Financeiras, o valor indicado na conta Despesas Financeiras com esta denominação nas demonstrações financeiras padronizadas encaminhadas à CVM, excluída a variação monetária, a variação cambial, as multas, os juros sobre o capital próprio, os encargos da Dívida Regulatória com o BNDES e a amortização de ágio aplicável nesta conta;

Capital de Terceiros, é o passivo com instituições financeiras, acrescido de títulos e valores mobiliários representativos de dívida emitidos e confissão de dívida junto à entidade de previdência privada, subtraindo-se a Dívida Regulatória com o BNDES;

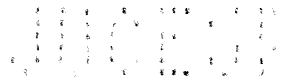
Capitalização Total, a soma algébrica do Capital de Terceiros da Emissora, conforme descrito acima, e de seu patrimônio líquido contábil; e

Dívida Regulatória com o BNDES, o financiamento relativo ao programa emergencial de racionamento de energia elétrica e financiamento da CVA - Conta das Variações da Parcela A";

Os Índices e Limites serão apurados anualmente, com base nas demonstrações financeiras completas da Emissora, sem considerar suas subsidiárias e controladas, devidamente auditadas, publicadas e encaminhadas à CVM.

4.12.1.1. Para os fins de que trata essa Escritura de Emissão, "Data de Vencimento Antecipado" será qualquer uma das seguintes datas: (i) ocorrendo qualquer dos eventos previstos nas alíneas (b), (c), (d) e/ou (h) do item 4.12.1 acima, a data de vencimento antecipado das Debêntures será a data em que o Agente Fiduciário tomar conhecimento do fato e imediatamente declarar o vencimento antecipado das Debêntures, por meio de





notificação enviada à Emissora, nos termos do item 9 abaixo; e (ii) ocorrendo os demais eventos previstos nas alíneas do item 4.12.1. acima, a data de vencimento antecipado das Debêntures será a data em que se realizar a Assembléia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.12.2. abaixo se tal Assembléia Geral aprovar o vencimento antecipado das Debêntures.

4.12.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (b), (c), (d) e/ou (h) do item 4.12.1. acima acarretará no vencimento antecipado automático das Debêntures, observando-se o previsto no parágrafo único do artigo 13 da Instrução CVM nº 28/83. Na ocorrência dos eventos previstos nas outras alíneas do item 4.12.1. acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, Assembléia Geral de Debenturistas, para deliberar sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

4.12.3. Após a realização da Assembléia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.12.2. acima com relação aos itens (a), (e), (f), (g) e (i) do item 4.12.1 acima, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração e outros encargos devidos até a Data de Vencimento Antecipado, a menos que titulares de Debêntures que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, hipótese na qual não haverá vencimento antecipado das Debêntures.

4.12.4. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento de Juros, até a Data de Vencimento Antecipado, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura da Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados da Data de Vencimento Antecipado, mediante comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos na Cláusula 4.13. abaixo.

4.13. Multa e Juros Moratórios

4.14. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.15. Resgate Antecipado Facultativo

4.15.3. Se parcial, o resgate deverá ser realizado por meio de sorteio e será coordenado pelo Agente Fiduciário. Adicionalmente, se parcial, o resgate das Debêntures custodiadas na CETIP dar-se-á por meio de operação de compra e venda definitiva, conforme regulamento de operações do SND.



4.15.4. Não haverá resgate antecipado facultativo, pela Companhia das Debêntures da 2ª Série.

4.16. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP e/ou CBLC. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP e/ou CBLC terão os seus pagamentos realizados junto ao Banco Mandatário.

4.17. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela CBLC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.18. Publicidade

Com exceção dos anúncios de início e de encerramento da distribuição das Debêntures, que serão publicados nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo, Valor Econômico e Gazeta Mercantil, todos os atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos titulares das Debêntures, deverão ser veiculados na forma de avisos nos mesmos jornais em que a Emissora publica as informações societárias, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Correio Popular de Campinas e no jornal Valor Econômico, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário da realização da publicação.



Cláusula Quinta – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

(a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) cópia de seus demonstrativos financeiros trimestrais que não estiverem disponíveis no *site* da CVM, demonstrativos estes que serão preparados de acordo com a regulamentação brasileira e os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (ii) cópia de seus demonstrativos financeiros anuais completos, na mesma data em que tais demonstrativos forem entregues à CVM, no prazo de 90 dias a partir do encerramento do exercício social, acompanhados de parecer dos auditores independentes, demonstrativos estes que serão preparados de acordo com a regulamentação brasileira e os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (iii) com a maior brevidade possível, qualquer informação que, razoavelmente, lhe venha a ser solicitada;
- (iv) as informações pertinentes à Instrução CVM n.º 202/93, com a mesma periodicidade prevista para o envio dessas informações à CVM;
- (v) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.18 acima;
- (vi) informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do descumprimento; e



1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
81	82	83	84	85	86	87	88	89	90
91	92	93	94	95	96	97	98	99	100

- (vii) informações sobre qualquer alteração na classificação dos ratings atribuídos à presente emissão ou à EMISSORA, bem como o início de qualquer processo de revisão destes ratings.
- (b) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;
- (c) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta na CVM, e disponibilizar aos seus acionistas e aos titulares de Debêntures, as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações;
- (d) manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, os titulares de Debêntures, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (e) convocar, nos termos da Cláusula Sétima, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (f) informar o Agente Fiduciário imediatamente sobre a ocorrência de qualquer evento previsto no item 4.12. da Cláusula Quarta desta Escritura de Emissão;
- (g) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (h) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (i) não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente,

A handwritten signature in black ink, consisting of stylized cursive letters, likely reading "J. H. ...".

CPFL
PAULISTA

comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares de Debêntures;

- (j) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (k) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, o Agente Fiduciário, agência de *rating* e sistemas de negociação no mercado secundário (SND e BOVESPA FIX);
- (l) manter atualizado, pelo menos anualmente e durante todo o prazo de vigência das Debêntures, o *rating* das mesmas, divulgando ou permitindo que agência de *rating* divulgue relatório com a súmula da classificação de risco das referidas Debêntures;
- (m) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão; e
- (n) manter sempre válidas e em vigor as licenças, autorizações e concessões para exploração de serviços de distribuição de energia elétrica objeto do Contrato de Concessão.

5.3. As despesas a que se refere o item 5.1. (m) acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;



11/07/2014

11/07/2014

(b) extração de certidões;

(c) despesas de viagem, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, sendo que os valores relativos a essas despesas estarão limitados àqueles atribuídos pela Emissora aos seus próprios empregados, para suas viagens e hospedagem;

(d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares de Debêntures.

5.3.1. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares de Debêntures deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos titulares de Debêntures e, posteriormente conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos titulares de Debêntures incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos titulares de Debêntures. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos titulares de Debêntures, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos titulares de Debêntures para cobertura do risco de sucumbência.

Cláusula Sexta – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos titulares de Debêntures.



CPFL
PAULISTA

CPFL
PAULISTA

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas Cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28/1983;
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão; e
- (j) verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações.



11/05/2017

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração:

a) parcelas anuais de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), sendo o primeiro pagamento devido na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, e os seguintes no mesmo dia dos anos posteriores;

b) as parcelas citadas na alínea “a” supra, serão reajustadas pela variação acumulada do IGPM, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da Data de Emissão até as datas de pagamento, calculadas “pro-rata temporis”, se necessário.

c) os honorários do Agente Fiduciário serão devidos mesmo após a Data de Vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora; e,

d) os honorários serão acrescidos de (i) ISS (Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza), (ii) PIS (Contribuição do Programa de Integração Social), (iii) COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre referida remuneração, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes de cada data de pagamento.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;



JUCESP

- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCESP, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os titulares de Debêntures acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da Emissora;
- (h) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (i) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (j) comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;



CPFL
PAULISTA

(k) elaborar relatórios destinados aos debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora e ao primeiro, segundo e terceiro trimestres dos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:

- a. eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
- b. alterações estatutárias ocorridas no período;
- c. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
- d. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- e. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
- f. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
- g. pagamento de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora.

(l) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior aos titulares de Debêntures da seguinte forma: (i) relatório relativo ao exercício social anterior, até o dia 30 de abril de cada ano; (ii) relatório relativo ao primeiro trimestre de cada exercício social, até o dia 31 de maio de cada ano; (iii) relatório relativo ao segundo trimestre de cada exercício social, até o dia 31 de agosto de cada ano; e (iv) relatório relativo ao terceiro trimestre de cada exercício social, até o



11/2011

dia 30 de novembro de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:

11/2011

- a. na sede da Emissora;
 - b. na sede do Agente Fiduciário;
 - c. na CVM;
 - d. na BOVESPA e na CETIP; e
 - e. nas instituições financeiras responsáveis pela colocação das Debêntures.
- (m) publicar, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos titulares de Debêntures que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (n) manter atualizada a relação dos titulares de Debêntures e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Banco Mandatário, à BOVESPA e à CETIP;
- (o) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer; e
- (p) notificar os titulares de Debêntures, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM, à BOVESPA e à CETIP;
- (q) verificar a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76; e



ASSINADO

- (r) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures.

6.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares de Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares de Debêntures; e
- (d) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário, observado o disposto no item 4.12. da Cláusula Quarta desta Escritura de Emissão, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) acima, se a Assembléia Geral de Debenturistas assim autorizar nos termos do disposto no item 4.12. acima. Na hipótese da alínea (d), bastará a aprovação de titulares de Debêntures representando a maioria das Debêntures em circulação.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembléia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10%



11/05/2017 14:00

(dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-lá, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

6.7.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos titulares de Debêntures, pedindo sua substituição.

6.7.2. É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembléia Geral de Debenturistas.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na JUCESP junto com a presente.



CPFL
PAULISTA

6.7.5.1 O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares de Debêntures em forma de aviso nos termos do item 4.18 acima.

6.7.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

Cláusula Sétima – DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os titulares de Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia Geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures.

7.2. A Assembléia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.3. Aplicar-se-á à Assembléia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.4. A Assembléia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.4.1. A Assembléia Geral de Debenturistas deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado da primeira convocação, ou no prazo máximo de 8 (oito) dias, contado da segunda convocação.

7.5. Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

7.6. Para efeito da constituição do quorum de instalação e deliberação a que se refere esta



CPFL
PAULISTA

Cláusula Sétima, serão excluídas do número de Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao seu controlador ou a qualquer de suas controladas, bem como respectivos diretores ou conselheiros. Para efeitos de *quorum* de deliberação não serão computadas, ainda, os votos em branco.

7.7. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.8. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

7.9 A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

7.10 Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto, e o *quorum* de deliberação será o seguinte:

- i) alteração de prazos e remuneração das Debêntures dependerá da aprovação de 100% (cem por cento) das Debêntures de cada série em circulação; e
- ii) modificação das demais condições das Debêntures, dependerá da aprovação de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures de cada série em circulação.

Cláusula Oitava – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

8.1. A Emissora neste ato declara que:

- (a) é uma sociedade comercial devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações com registro de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras;



CPFL
PAULISTA

- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e a emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora (e/ou suas controladoras, suas controladas e suas coligadas, diretas ou indiretas) seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora (e/ou suas controladoras, suas controladas e suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora (e/ou suas controladoras, suas controladas e suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (e) a Emissora tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- (f) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;



CPFL
PAULISTA

CPFL
PAULISTA

- (g) as Demonstrações Financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2001, 2002 e 2003 e 31 de março de 2004 representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;
- (h) o prospecto referente às Debêntures (“Prospecto”) conterão, todas as informações relevantes em relação à Emissora e suas controladas, no contexto da Emissão e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora e de suas controladas, de suas condições financeiras, lucros, perdas, perspectivas, riscos mais relevantes e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- (i) as informações e declarações contidas no Prospecto em relação à Emissora ou suas controladas são verdadeiras, consistentes e corretas;
- (j) exceto pelas contingências informadas no Prospecto, não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora e/ou em suas controladas, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades, que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (k) não há qualquer ligação entre ela e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções; e
- (l) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições.



Cláusula Nona – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

Rodovia Campinas Mogi-Mirim, Km 2,5
Campinas – SP
CNPJ/MF n.º 33.050.196/0001-88

At.: Sr. Wilson Pinto Ferreira Junior
Diretor de Relações com Investidores
Telefone: (19) 3756-8700
Fac-símile: (19) 3756-8075
Correio Eletrônico: wferreira@cpfl.com.br

Para o Agente Fiduciário:

Avenida das Américas, n.º 3.333 –Grupo 307
Rio de Janeiro – RJ CEP 22631-003
CNPJ/MF n.º 17.343.682/0001-38

At.: Maurício da Costa Ribeiro
Telefone: (21) 3325 5059
Fac-símile: (21) 3325.5969
Correio Eletrônico: mribeiro@pentagonotrustee.com.br

Para o Banco Mandatário e Instituição Depositária:

Banco Bradesco S.A.
Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara
Osasco - SP
CNPJ/MF n.º 60.746.948/0001-12



CPFL
PAULISTA

CPFL
PAULISTA

At.: José Donizetti de Oliveira
Telefone: (11) 3684.4522
Fac-símile: (11) 3684.2714
Correio Eletrônico: 4010.ações@bradesco.com.br

Para a CETIP

Rua Líbero Badaró, 425/24º andar
São Paulo, SP - CEP 01009-000
Tel.: (11) 3111-1400 / 3365-4925
Fax: (11) 3111-1563

ou

Av. República do Chile, 230/7º e 11º andares
Rio de Janeiro, RJ - CEP 20031-170
Tel.: (21) 2276-7474 / 2223-6464
Fax: (21) 2276-7435 / 2223-6435

Para a CBLC

Rua XV de Novembro, 275.
São Paulo - SP
CEP 01013-001
Tel.: (11) 3233-2178 / 2261

ou

Praça. XV de Novembro, 20-8º A
Rio de Janeiro - RJ
CEP 20010-010
Tel.: (21) 2223-9600

9.2. As comunicações referentes à esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que



RECIBO

seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

Cláusula Décima – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares de Debêntures em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

Cláusula Onze – DO FORO


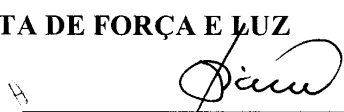
11.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.



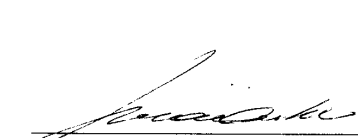
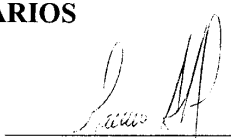
E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário, em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 23 de julho de 2004.



COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

 Nome: _____ Cargo: WILSON P. FERREIRA JR. Diretor – Presidente	 Nome: _____ Cargo: HÉLIO VIANA PEREIRA Diretor Vice-Presidente de Distribuição
--	--

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

 Nome: LÍVIA DOS SANTOS AKBEX Cargo: PROCURADORA	 Nome: _____ Cargo: Marco Aurélio Machado Ferreira Procurador
--	--

Testemunhas:

 Nome: MAÍSA DE S. HARDDOCK LOBO CPF: 243.361.664-68	 Nome: ANA CAROLINA LIMA NORONHA CPF: 214.977.798-39
---	--

